

## Teorias da mudança social: as perspectivas lineares e as cíclicas\*

*Maria José de Rezende*  
Universidade Estadual de Londrina

### Resumo

A teoria da mudança social alinhava as principais questões que a sociologia tem problematizado ao longo de sua formação e desenvolvimento. As teorias lineares e cíclicas condensam os mais importantes debates acerca do devir. Partindo de alguns pressupostos do evolucionismo e do neo-evolucionismo este artigo objetiva trazer à tona tanto as convergências e divergências constituidoras de uma das concepções que têm predominado

### Abstract

The theory of social change lined up the main issues that sociology has discussed along its formation and development periods. The linear and cyclic theories put together the most important debates about the future. Having as a starting point some presuppositions of the evolutionism and the neo-evolutionism, our purpose is to bring up for discussion not only the convergences but also the divergences which constitute one of the conceptions that has prevailed in Social Sciences: the

---

\* Social change theories: the linear and cyclic perspectives

nas ciências sociais: a perspectiva da linearidade diretiva dos processos históricos, quanto a contraposição a estas correntes feita pela teoria cíclica que tende a acentuar o caráter não-linear e não-diretivo da mudança social. perspective of the directive linearity of the historic processes as to the contraposition to these tendencies that is done through the cyclic theory which tends to emphasize the non-linear and non-directive character of the social change.

**Palavras-chave:** Mudança social, processo linear, processo cíclico, evolucionismo, neo-evolucionismo. **Keywords:** Social change; linear process; cyclic process; evolutionism; neo-evolutionism.

### Introdução

Ao folhear os manuais de teoria sociológica, os de introdução à Sociologia e os de Sociologia geral das décadas de 60 e 70, do século XX, o iniciante nos estudos de Ciências Sociais depara-se, quase que impreterivelmente, com capítulos que tratam especificamente da problemática da mudança social. Uma parte significativa destes materiais buscam dar conta das questões atinentes aos embates que a rigor compõem tanto as teorizações acerca deste tema quanto às implicações metodológicas que as várias perspectivas sociológicas enfrentaram ao tentar explicar a dinâmica social.

Somente a título de exemplo é interessante mencionar algumas obras possuidoras de orientações teórico-metodológicas distintas e que trazem em seu bojo capítulos específicos acerca da mudança social. Dentro de uma lista imensa podem-se citar brevemente os seguintes livros: *Uma introdução à Sociologia* (Anderson e Parker, 1974); *Sociologia* (Mciver e Page, 1963); *A Sociologia como crítica social*, (Bottomore, 1976); *Introdução à Sociologia*. (Bottomore, 1970); *Sociologia sistemática* (Mannheim, 1962); *Pensamento teórico em Sociologia* (Skidmore, 1976); *Novas teorias sociológicas* (Sorokin, 1969); *Teoria social moderna* (Cohen, 1976); *Política e sociedade numa época de transição* (Germani, 1973); *Mudanças sociais no Brasil* (Fernandes, 1979); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (Fernandes, 1975) e *A Sociologia numa era de revolução social* (Fernandes, 1976).

No âmbito deste artigo, no entanto, não se tem o objetivo de discutir as obras acima mencionadas; algumas delas, porém, servirão como pano de fundo para ilustrar as diversas correntes teóricas que têm buscado construir uma sociologia da mudança social. Não há, todavia, uma única teoria da mudança, mas várias, uma vez que, ao se deterem em aspectos diferentes da vida social, dentro de uma multiplicidade de elementos produtores da mudança, os cientistas sociais acabaram construindo uma gama diversa de reflexões acerca do modo como a dinâmica das inúmeras sociedades se processa.

O objetivo deste artigo é sistematizar tanto as perspectivas direcionais unilineares e multilineares quanto as perspectivas não-direcionais da mudança social. Constatou-se que, no decorrer do século XX, a principal contestação às teorias assentadas na diretividade do processo histórico foi elaborada por Pitirim Sorokin (1889-1968) que elaborou uma das mais férteis críticas às diversas vertentes do evolucionismo sociológico. Portanto, no final desta exposição, dar-se-á aos seus escritos uma maior relevância.

As análises do evolucionismo clássico e do neo-evolucionismo serão circunscritas, exclusivamente, à temática da mudança social. Extrair-se-ão dos escritos de seus principais teóricos (clássicos e contemporâneos) aqueles elementos que têm possibilitado a sedimentação de um amplo leque de explicações acerca das trajetórias fundadas em unicidades ou em multiplicidades diretivas. Os cientistas sociais que formularam e reformularam continuamente, ao longo do século XX, as teses embasadoras da multilinearidade buscaram alcançar evidências de que existem inúmeros processos continuados e constantes de progresso e de inovação. Coube à teoria cíclica da mudança social, principalmente aquela que foi desenvolvida por Pitirim Sorokin, uma crítica veemente aos postulados da direcionalidade progressiva.

### **Mudança social: as perspectivas direcionais**

#### *O evolucionismo clássico e os processos unilineares*

As idéias de Comte (1798-1857) e as de Spencer (1820-1903) acerca da dinâmica social congregam, no âmbito da fundação da Sociologia como ciência, as primeiras tentativas de explicação da maneira como a vida social estava em constante modificação.

As tentativas daquele segundo de precisar o funcionamento e, também, as alterações na sociedade o levou a uma distinção “que está no cerne da linguagem sociológica: estruturas por oposição a funções” (Sztompka, 1998:25).

Os legados do principal teórico do positivismo e os do principal teórico do evolucionismo para a teoria da mudança social foram distintos em vários aspectos, mas somente em um, não o foram: a noção de unilinearidade diretiva. Tanto as leis de coexistência (estática social) e as de sucessão (dinâmica social) em Comte quanto “a noção de mudança evolucionista” (Levine, 1997:134) em Spencer, a qual ele retirara da biologia, tinham um mesmo modo de conceber a história, ou seja, esta última era tida por eles como seguidora de uma trajetória unidirecional (Spencer, 1972; 1961; 1904; Comte, 1899; 1934).

Não serão analisadas, neste artigo, as diferenças existentes entre as pressuposições de Comte e as de Spencer. Há evidentes distinções entre eles no modo de conceber a própria vida social. E uma delas é o peso dado por aquele primeiro à vida coletiva e a relevância, atribuída pelo segundo, à vida individual. Durkheim, influenciado por Comte, afirmava: “não devemos, como Spencer, apresentar a vida social como mera resultante de naturezas individuais solitárias, uma vez que, pelo contrário, são as últimas que emergem da primeira” (Durkheim, 1984: 286).

Atendo-se ao individualismo de Spencer já se têm elementos suficientes para se tecer uma ampla reflexão acerca de suas divergências com Comte. No entanto, demonstrar-se-á um ponto de convergência entre os dois que se tornou chave para a sociologia: a tese da unilinearidade diretiva da mudança social. Ater-se-á somente a este ponto de confluência entre as suas perspectivas. Observe-se que o sociólogo britânico preocupou-se em assinalar que haviam diferenças fundamentais entre ele o principal representante do positivismo (Spencer, 1968).

Em *A sociologia da mudança social*, Piotr Sztompka demonstra que Comte e Spencer inauguraram uma das visões da história que balizou uma parte expressiva das análises nas ciências sociais: a suposição de que a humanidade tendia a seguir um caminho evolutivo incontestável (Sztompka, 1998:182-6). Enquanto para aquele primeiro a evolução do espírito, do conhecimento, ia sempre no sentido do progresso, aquele segundo ora afirmava que “o progresso da evolução não era”

algo automático ora argumentava que “o homem, por sua natureza, estava predestinado ao progresso” (Timasheff, 1960:59). Esta segunda concepção prevaleceu, no entanto, ao longo da obra de Spencer que, em uma passagem de *On social evolution*, afirmava: “As sementes de civilização existentes no aborígene e distribuídas pela terra, viriam certamente, com o correr do tempo, a cair aqui e ali em circunstâncias adequadas a seu desenvolvimento” (Spencer, 1972:238).

Augusto Comte construiu uma visão unilinear diretiva da humanidade calcada no pressuposto de que “em princípio, não se deve dissimular que nossa progressão social repousa essencialmente sobre a morte, isto é, que os passos sucessivos da humanidade supõem necessariamente a renovação contínua, suficientemente rápida, dos agentes do movimento geral, que, habitualmente quase imperceptível no curso de cada vida individual, só se torna verdadeiramente pronunciado passando de uma geração à seguinte. O organismo social submete-se a este respeito, e de maneira não menos imperiosa, à mesma condição fundamental do organismo individual” (Comte, 1934: 334).

A lei dos três estágios (teológico, metafísico e positivo) formulada por Comte assentava-se na sua concepção de um curso histórico unidirecional. Em sua concepção, a humanidade teria produzido, de forma ininterrupta, um processo progressivo de domínio - fundado no conhecimento - do mundo. As mudanças sociais ocorridas na história das civilizações teriam sido fruto de uma crescente evolução do espírito, a qual provocou modificações na sociedade como um todo. O estágio mais avançado seria, então, aquele em que “os indivíduos formulam leis baseadas na evidência e na experiência (...). Os avanços rumo ao progresso da ciência tornariam possíveis a elaboração de métodos cada vez mais precisos e capazes de prever e controlar o mundo” (Sztompka, 1998:182).

A evolução social posta nestes termos não dispensava, para Comte, a necessidade da coerção como uma forma de manter a sociedade em crescente processo evolutivo, o que se colocava de modo distinto para Spencer. Ao “ideal de Comte de subordinação dos indivíduos a uma ampla regulamentação moral através de hierarquias políticas e sociais, (...) Spencer se opõe com o ideal de minimizar as coerções externas e maximizar a cooperação espontânea” (Levine, 1997:161).

Durante décadas, o desenvolvimento da ciência e da indústria foi, para Spencer, uma prova irrefutável de que a humanidade estava caminhando num sentido progressivo. Este último somente se efetivaria, para o sociólogo britânico, se fosse capaz de produzir uma sociedade industrial que se contrapusesse à sociedade militar. Enquanto aquela primeira estaria fundada na cooperação espontânea dos indivíduos, a segunda estaria baseada na coerção e em métodos repressivos.

Segundo Spencer, as ações humanas davam sinais, no final do século XIX, de que “as repressões são abolidas quando os controles morais tornam-se internalizados e o caráter humano passa a ser essencialmente altruísta” (Levine, 1997:134; Spencer, 1972). Spencer manteve essa posição ao longo de várias décadas, mas a reviu pouco antes de sua morte nos artigos *Impérialisme et servitude* e *Retour a la barbarie* (Spencer, 1904). Nesses escritos ele se mostrava inteiramente desapontado com os rumos da evolução social.

Herbert Spencer afirmava em seus últimos escritos que o imperialismo e o militarismo eram duas forças coercitivas, presentes e em expansão no início do século XX. A possibilidade de evolução social no sentido de eliminação das repressões e dos egoísmos dos indivíduos, dos grupos e das nações, esfacelava-se naquele momento em que o próprio desenvolvimento científico e industrial estava sendo posto a favor da militarização repressiva.

Aqueles que ficaram na esteira positivista e/ou evolucionista, como Durkheim (1858-1917), Morgan (1818-1881), Lester Ward (1841-1913) e Tonnies (1855-1936) construíram suas perspectivas de mudança social centradas na idéia de previsibilidade histórica, na concepção de que todas as sociedades sempre tenderam à evolução social e no pressuposto de que o movimento evolutivo ter-se-ia dado sempre no sentido das sociedades mais simples para as mais complexas (Durkheim, 1984; Morgan, 1980; Ward, 1883; Tonnies, 1963).

Todos eles, “admitiam que a história em sua totalidade tem uma única forma, padrão, lógica ou significado subjacente à infinidade de eventos aparentemente acidentais e desconexos” (Sztompka, 1998:190). (...) Os quatro se filiam a esta escola de pensamento ao tomarem “a sociedade como um todo, a humanidade, o gênero humano” (Sztompka, 1998:190) como o objeto de mudança. E isso é feito de forma que há, para eles, “um todo orgânico, um sistema social.

As mudanças nos elementos, componentes ou subsistemas, quando consideradas, apenas o são na perspectiva de sua contribuição para a evolução global da sociedade” (Sztompka, 1998:190).

As análises de Morgan obedeciam inteiramente a esta lógica direcional unilinear ao buscar nas necessidades básicas, naturais e materiais os fundamentos das inovações tecnológicas impulsionadoras da evolução social. A passagem do selvagismo para o barbarismo e deste para a civilização era trabalhada, por ele, como um processo contínuo e voltado para o atendimento das próprias potencialidades humanas (Morgan, 1980). O caráter evolucionário das diversas organizações sociais devem ser procurados desde as formas mais simples até as mais complexas. Os germes do aperfeiçoamento da vida humana e do progresso eram detectáveis ao longo da história da humanidade que tendia sempre à evolução (Harris, 1968:181).

No livro *A divisão do trabalho social*, Durkheim desenvolveu, também, uma concepção de evolução diretiva e unilinear. A passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica pode ser tomada como exemplo de como, para ele, se deu de modo contínuo e não abrupto a evolução de uma forma simples de vínculos sociais para uma forma qualitativamente mais complexa. Laços sociais homogêneos são substituídos gradativamente por laços sociais mais heterogêneos, portanto, mais complexos (Durkheim, 1984).

As análises de F. Tonnies em seu livro clássico *Comunidade e Sociedade* também situavam-se dentro desta perspectiva unilinear e diretiva. No entanto, ele tinha uma relação singular com o evolucionismo à medida que, diferentemente dos demais pensadores desta corrente teórica, ele não via como indicador de progresso a substituição dos vínculos pessoais e das interações não-complexas por laços sociais secundários fundados na impessoalidade (Tonnies, 1995; 1963). Segundo Sztompka, ele era um dos únicos evolucionistas que desenvolveu uma atitude crítica em relação à modernidade (Sztompka, 1998:187).

O evolucionismo psicológico de L. Ward seguia um caminho diferente do de Tonnies em relação ao progresso. Ele não concebia a história senão a partir deste último. A história da humanidade teria sido, desde sempre, no sentido da “harmonização dos fenômenos naturais com vantagem humana. (...) Assim, o progresso é consequência direta da felicidade enquanto o conhecimento e a educação são consequências indiretas dela” (Timasheff, 1960:109).

As reflexões dos pensadores evolucionistas (Spencer, Morgan, Tonnies e Ward) e dos positivistas (Comte e Durkheim) rapidamente apresentados neste artigo possuem pontos de convergências e de divergências. No entanto, suas perspectivas têm muitos pontos em comum ao tomarem a vida social como portadora de um caráter direcional e unilinear. Isso se constituiu fundamento de suas reflexões.

Não se deve pressupor que todos os teóricos que se pautaram na linearidade diretiva situavam-se na esteira evolucionista spenceriana. Além dos positivistas, havia diversos pensadores evolucionistas não-spencerianos (Achille Loria -1857-1943, Thorstein Veblen -1857-1929, Adolphe Coste -1842-1901), bem como os que eram organicistas spencerianos, mas não-evolucionistas (Paul Lilienfeld -1829-1903, Albert Schaffe - 1831-1903, Alfred Fouillé - 1838-1912) e também os que foram agrupados como darwinistas sociais (Walter Bagehot - 1826-1877, Ludwig Gumpowicz - 1838-1909, Gustav Ratzenhofer - 1842-1904), os quais partiam diretamente dos ensinamentos de Darwin e não dos de Spencer.

Todos eles merecem estudos detalhados no que tange as suas concepções de mudança social, o que não poderá ser feito no âmbito deste artigo que objetiva apresentar uma reflexão inicial tanto das perspectivas diretivas unilineares e multilineares quanto das concepções cíclicas, ou seja, não-direcionais.

### **O Neo-evolucionismo e as mudanças multilineares**

Os neo-evolucionistas G. Lenski, L. White e T. Parsons desenvolveram, após a década de 1950, teorias da mudança social, também diretivas, dentro de uma perspectiva multilinear. Seus diálogos com o evolucionismo clássico são marcados pelos questionamentos das explicações fundadas na unilinearidade histórica. Todavia, eles reconhecem que o desenvolvimento daquele serviu como a base para as suas análises. Parsons afirma: “os desenvolvimentos da teoria biológica e das ciências sociais criaram terreno firme para a aceitação da continuidade fundamental da sociedade e da cultura como parte de uma teoria mais geral da evolução dos sistemas vivos” (Parsons, 1971:2).

Em que aspectos a concepção de mudança diretiva multilinear do neo-evolucionismo se diferenciava da perspectiva diretiva unilinear do evolucionismo clássico? Em *A sociologia da mudança social*,

P. Sztompka afirma que há pelo menos cinco pontos de distanciamentos entre aquele primeiro e aquele segundo: a)- a mudança social não é mais pensada a partir da noção de sociedade em geral, mas sim de sociedades específicas; b)- prevalece a busca de explicações causais e não de esquemas tipológicos; c)- os neo-evolucionistas procuram desvencilhar-se da relação automática entre evolução e progresso ao destacar que os efeitos da evolução sociocultural podem ser negativos; d)- as pressuposições deixam de ser deterministas e passam a ser probabilísticas; e)- a nova versão do evolucionismo, a partir da década de 1980, filia-se mais diretamente ao darwinismo biológico e não ao evolucionismo sociológico spenceriano (Sztompka, 1998:202).

Observe-se que entre as décadas de 1950 e 1980 a teoria da diferenciação que deu norte ao evolucionismo spenceriano manteve-se também no centro das pressuposições do neo-evolucionismo estrutural-funcionalista (Talcott Parsons, Neil Smelser e Shmuel Eisenstadt) e neofuncionalista (Jeffrey Alexander, Dietrich Rueschemeyer, Paul Colomy, Edward Tyriakian). Mas entre Spencer e os novos evolucionistas acima citados há os escritos de E. Durkheim que auxiliaram de forma expressiva aqueles últimos. Especialmente em *A divisão do trabalho social* a lei da diferenciação ganhou uma forma mais aperfeiçoada e passou a embasar as reflexões sobre a mudança na sociedade contemporânea.<sup>1</sup>

Os processos direcionais multilíneares são apontados pelos neo-evolucionistas como os fundamentos das mudanças sociais. Isso significa que eles procuram apreender as trajetórias múltiplas das sociedades específicas que estão sob o foco de seus estudos. A unilinearidade do evolucionismo clássico assentava-se na suposição de que as diversas sociedades seguiam os mesmos estágios, ou seja, todas teriam um mesmo ponto de partida e um mesmo ponto de chegada. Não se deve esquecer, contudo, que havia, dentro desta própria corrente que se desenvolveu no final do século XIX, autores que questionavam tais pressupostos.

<sup>1</sup> Segundo Donald Levine a diferenciação social foi tratada por teóricos de diversas tradições. Smith, Spencer, Durkheim, Weber e Simmel se ocuparam dela de alguma forma. Aquelles três primeiros pensavam-na positivamente quanto aos seus efeitos, seja em relação ao aumento da produtividade (Smith), em vista da evolução social (Spencer), ou ainda em razão do aumento da solidariedade (Durkheim). "Simmel e Weber trouxeram o discurso sobre a especialização (diferenciação) para um novo nível ao examinarem a autonomização de diversas esferas da atividade humana. (Levine, 1997:278-9).

Gabriel Tarde (1843-1904), por exemplo, representante do evolucionismo poligenista e um dos que lançaram as primeiras reflexões formadoras da sociologia analítica<sup>2</sup>, criticava com veemência aqueles que advogavam que todas as sociedades seguiam unilinearmente os mesmos estágios (Tarde, 1898).

Esta postura de Gabriel Tarde foi retomada com grande ênfase após a década de 1950 pela corrente neo-evolucionista. A concepção multilinear parte do pressuposto de que a diferenciação social presente nas sociedades industrializadas dá um grau de complexidade inimaginável aos sistemas sociais, mas as mudanças operadas em seu interior não deixam de ser concebidas como direcionais. As análises de Lenski e de Parsons buscam explicar as sociedades avançadas à luz desta perspectiva. Há, todavia, no âmbito da antropologia contemporânea (Leslie White, Julian Steward e Marshall Sahlins) aqueles cientistas que reelaboraram o evolucionismo em vista não somente das sociedades urbanas, mas também das múltiplas formas de organizações sociais e culturais da atualidade.

Tanto o neo-evolucionismo antropológico quanto o sociológico dão prevalência ao elemento cultural ao propor que os fatores impulsionadores das mudanças sociais são múltiplos e obedecem a uma linearidade que se funda no crescente domínio do homem sobre a natureza. É preciso, então, assinalar que existem diferenças básicas entre os modos dos diversos cientistas trabalharem, no âmbito desta corrente, com a própria noção de cultura. Leslie White opera com uma noção de cultura extraída do mundo biológico, tanto que supõe que o “desenvolvimento da cultura tem origens biológicas e raízes no legado natural do homem. Mas uma vez nascida, a cultura humana adquire parcial autonomia: tem vida e impulso próprios, evoluindo de acordo com mecanismos e regularidades específicos” (SZTOMPKA, 1998:204; WHITE, 1949; 1959).

Ao dar supremacia aos elementos culturais múltiplos e diversificados, o neo-evolucionismo de Leslie White abandona, assim,

<sup>2</sup> A sociologia analítica parte do pressuposto de que “existe um universo exterior, ‘lá fora’, independente de nossas concepções a seu respeito; esse universo revela propriedades atemporais, universais e invariáveis; o objetivo da teoria sociológica é isolar essas propriedades genéricas e compreender seu funcionamento. (...) A teoria-analítica postula, nas palavras de Radcliffe-Brow, que uma ‘ciência natural da sociedade’ é possível”. (Turner In Giddins e Turner, 1999:229-30).

qualquer noção de unilinearidade, mas continua buscando uma relação umbilical entre o mundo da cultura e o mundo biológico. Isso não foi unânime entre todos os teóricos desta corrente, já que alguns teóricos - Julian Steward, por exemplo - procuravam demonstrar que a evolução intra-social possuía diferenças atinentes ao mundo supra-orgânico. Se o último autor citado entende que os campos sociais (cultura, arte, direito, economia, política) movem-se de maneira específica e singularizada (STEWART, 1955), fica evidente uma tentativa de operar distinções entre os processos de mudanças que ocorrem na esfera cultural e na esfera biológica.

O neo-evolucionismo sociológico de Gerhard Lenski situa-se no interior daquelas perspectivas que insistem em ter como referência principal a biologia. A lei da diferenciação spenceriana não é, no entanto, tomada como central em seus estudos. A multilinearidade diretiva dos processos de mudanças é justificada não em razão da especificidade da vida social, mas em virtude da similaridade entre esta última e a vida biológica. Competição, conflito e adaptação são pensados como fatores de modificação da sociedade de modo idêntico aos fenômenos orgânicos, ou seja, seguindo os mesmos passos da biologia darwiniana. G. e J. Lenski levaram tão adiante as suas teorias biosociais que chegaram a afirmar que “os sistemas simbólicos são o análogo funcional dos sistemas genéticos” (LENSKI e LENSKI, 1974:18).

Estes teóricos operam com uma concepção de mudança, assim como os evolucionistas clássicos, deterministas. Admitem a multilinearidade dos fatores que podem produzir as modificações sociais, mas não amenizam o caráter contundentemente diretivo do processo histórico. Eles argumentam: “o avanço tecnológico é a determinante maior da constelação de tendências globais – de população, língua, estrutura social e ideologia – que define os contornos básicos da história humana” (LENSKI e LENSKI, 1974:110).

Através dos escritos de T. Parsons é possível observar que o ressurgimento de um novo evolucionismo, a partir da década de 1950, expressava tanto uma crítica ao funcionalismo quanto uma tentativa de aproximar, de modo cada vez mais estreito, este último e a biosociologia. Isso se realizou à medida que Parsons colocou os “seus conceitos estrutural-funcionalistas para interpretar as transformações evolucionárias da sociedade” (Sztompka, 1998:208).

A teoria dos sistemas sociais de Parsons centrava-se tanto nos processos de reprodução e manutenção da sociedade através da integração e do controle, quanto nos processos de mudanças (Parsons, 1984:43). Ambos processos são enfatizados por ele a partir de uma perspectiva biossociológica. Em *Sociedades: perspectivas evolucionárias e comparativas*, ele afirma: “A evolução sociocultural, tal qual a evolução orgânica, se deu por meio de variações e diferenciações progressivas, das formas simples às mais complexas” (Parsons, 1966:2).

Em *A formação de um sistema social*, Parsons afirma que sempre se interessou pela “teoria da evolução social e cultural e suas ligações com a evolução orgânica” (Parsons, 1984:45). O que aproxima estas duas formas de evoluções são os processos de diferenciação nos moldes colocados por Herbert Spencer.<sup>3</sup> Diferentemente da maioria dos neo-evolucionistas ele procurava aproximar o evolucionismo sociológico e o evolucionismo darwiniano.

*“Em muito tempo –por exemplo, na obra de Herbert Spencer – que se entende que a diferenciação é complementada, em bases funcionais, por novas estruturas ou mecanismos integradores. Em parte por essa razão, o sistema recém-diferenciado também está envolvido em novos problemas de adaptação, bastante análogos ao conceito biológico geral de adaptação, como cristalizado na tradição darwiniana, mas com nova ênfase na adaptação ativa, diferente da passiva”* (Parsons, 1984:45).

A multilinearidade da mudança fundava-se, então, nos diversos mecanismos capazes de produzir modificações no sistema social. Dentre eles têm-se: a diferenciação, a adaptação, a integração e a generalização de valores. A mudança social e cultural é, assim, para ele, sempre diretiva.

<sup>3</sup> Pitirín Sorokin argumentava que Parsons e todo o estrutural-funcionalismo criaram “modelos fantasmas de sistemas sociais (...) que pouca ou nenhuma relação têm com as realidades socioculturais e históricas concretas”. Esta não era, segundo aquele primeiro, uma herança dos organicistas, já que estes “não só desenvolveram uma teoria geral dos processos fisiológicos básicos dos grupos, como a documentaram com exemplos históricos e antropológicos concretos” (Sorokin, 1969:549).

Veja-se, o caso das sociedades modernas que marchariam no sentido da diferenciação, da complexidade e da generalização de valores garantidores da estabilidade social.

A lei geral da diferenciação passava a ser, a partir da década de 1950, o ponto central das teorias neo-evolucionistas. Ela estava no centro do debate não somente dos teóricos estrutural-funcionalistas, mas também dos chamados neofuncionalistas. Segundo P. Sztompka, a lei da diferenciação que está no centro da moderna teoria da mudança social é devedora tanto de H. Spencer quanto de Durkheim. A partir deste último, principalmente, N. Smelser, D. Rueschemeyer e J. Alexander construíram uma moderna teoria da mudança demonstrando que a divisão do trabalho tem sido a base, porém não única, da neodiferenciação social (Sztompka, 1998:216).

*“A diferenciação estrutural contém a divisão do trabalho, mas vai além do conceito original em dois aspectos. Enquanto a divisão do trabalho diz respeito às funções ocupacionais, nas sociedades complexas primariamente aos empregos e ocupações de tempo integral, o conceito de diferenciação não está confinado à esfera econômica e inclui também funções políticas, culturais e outras. Além disso, a diferenciação se refere à especialização tanto de organizações e instituições como de funções”*  
( Rueschemeyer, 1986: 141).

De que modo os neofuncionalistas dialogam com os princípios evolucionistas novos e antigos? As perspectivas daqueles primeiros deram continuidade a um pressuposto básico das teorias evolucionárias ao situar a mudança social como resultado de um processo de diferenciação produtor de complexidades sempre crescentes. As heterogeneidades culturais, políticas e sociais podem impulsionar modificações sociais constantes. No entanto, o processo evolutivo pode ser, argumenta D. Rueschemeyer, estancado por aqueles que detêm posições de poder, já que eles têm nas mãos os meios de bloquear as próprias diferenciações.

Um outro ramo da teoria multilinear diretiva que ganhou corpo a partir da década de 1980 é aquele que se pauta não no evolucionismo spenceriano fundado no crescimento orgânico, mas sim na teoria da seleção natural de Charles Darwin. Randall Collins, John Langton e Joseph Lopreato podem ser citados como os principais pensadores filiados a esta corrente. Eles buscam estabelecer, através da teoria darwiniana, integrais similitudes entre os “processos biológicos e os socioculturais da evolução” (Langton, 1979:306).

Randall Collins fornece uma explicação bastante didática acerca da diferença entre o darwinismo e o evolucionismo spenceriano. Este último “adota a embriologia como modelo e representa o crescimento da sociedade como o de um organismo, tornando-se não só maior como também diferenciada em órgãos e funções especializados (...). Uma segunda analogia biológica consiste na teoria darwiniana da evolução das espécies através da variação e seleção natural daquelas formas bem adaptadas aos seus ambientes. A diferenciação vê a sociedade como análoga aos organismos simples, crescendo ao longo de sua vida; a seleção natural vê as sociedades como análogas à variedade de espécies (populações de organismos), algumas das quais são selecionadas como adaptações favoráveis, outras não” (Collins, 1988:13).

Os princípios de variação (mutações), de seleção (luta pela existência) e de sobrevivência do mais apto, desenvolvidos por Darwin são utilizados de modo diferente por R. Collins e J. Lopreato, por exemplo. Suas teorias da mudança social ora enfatizam mais a questão da variação, no caso daquele segundo, ora a questão da seleção, no caso do primeiro, mas os dois comungam da concepção de que há, na atualidade, uma linearidade diretiva indicadora de uma complexidade crescente das “relações sociais abstratas ou, na versão mais recente, nos conjuntos de regras articuladas em sistemas normativos” (Sztompka, 1998:222).

De que modo o princípio da variação permite a compreensão da mudança social? Os cientistas sociais, que o utilizam, partem do pressuposto de que, através das variações do sistema normativo, torna-se possível entender as modificações que vão se gestando na sociedade. E o princípio da seleção como eles o empregam? Eles o fazem tentando compreender como as diversas sociedades selecionam “para retenção e institucionalização, certas combinações de ação e de pensamento” (Sztompka, 1998:220).

Piotr Sztompka cita os neo-evolucionistas darwinianos Tom Burns e Thomas Dietz que afirmam: “Não são mais populações de pessoas o objeto da concepção evolucionária, mas conjuntos de relações sociais abstratas ou, na versão recente, conjuntos de regras articuladas em ‘sistemas normativos’. Nossa abordagem se concentra no processo pelo qual as regras sociais são geradas, selecionadas e transmitidas ou reproduzidas (...) As forças evolucionárias atuam sobre a variabilidade da população. Os processos de transmissão e seleção favorecem certas regras, tornando-as preponderantes. Isto é o sucesso reprodutivo ou aptidão cultural” (Dietz e Burns in Sztompka, 1998:221).

### **A mudança social: as perspectivas não-direcionais**

Há, também, nas ciências sociais um conjunto de reflexões que enfatizam o caráter cíclico e, portanto, não-direcional das mudanças sociais. Diferentemente do evolucionismo que está preocupado, em sua vertente clássica e/ou contemporânea, em demarcar os fatores unilineares e/ou multilineares de um processo histórico entendido sempre como diretivo, as teorias cíclicas ressaltam essencialmente que não há qualquer sentido preestabelecido no curso das diversas sociedades. Sztompka cita os historiadores Danilevski (1822-1885), Spengler (1880-1936) e Toynbee (1889-1975) e os cientistas sociais Pareto (1848-1923) e Sorokin como representantes desta perspectiva centrada nos ciclos sociohistóricos. No âmbito deste artigo serão trabalhados estes dois últimos somente.

A teoria dos ciclos históricos supõe, segundo Sztompka, que determinados processos podem ser recorrentes em sociedades e momentos distintos, mas não há qualquer indicação de que as mudanças sociais seguem um caminho direcionalmente progressivo. Esta maneira de conceber a história assenta-se na rejeição integral das perspectivas, anteriormente apresentadas, que insistem em encontrar evidências de que haja direções persistentes de caráter unilineares ou multilineares.

Na construção de seus pressupostos, os teóricos dos ciclos históricos lançam mão de uma gama de reflexões elaboradas desde o mundo antigo. A imagem cíclica dos processos remonta à Grécia antiga. “Segundo Aristóteles ‘aquilo que foi é o que será’; e aquilo que foi feito é o que será feito: e não há nada de novo sob o sol’.

Nos escritos de Heródoto encontramos a primeira exposição integral do ciclo dos regimes políticos: monarquia – tirania – oligarquia – democracia – oclocracia (poder da multidão, da plebe). Na obra de Políbio há uma afirmação semelhante, a saber, que todas as unidades políticas (organizações de Estado) percorrem um ciclo inexorável de crescimento, apogeu e decadência” (Sztompka, 1998:252).

O caráter cíclico da vida social foi discutido ao longo dos séculos, mas não é possível no âmbito deste artigo mapear as inúmeras reflexões que retrataram a partir desta abordagem o processo histórico. Somente a título de ilustração pode-se afirmar que na idade moderna um dos mais expressivos teóricos desta perspectiva foi o filósofo social Giambattista Vico (1668-1744) que desenvolveu uma análise dos ciclos sociais que acabou por fundamentar as teorias dos ciclos culturais.<sup>4</sup> Sua contribuição ao desenvolvimento da sociologia assenta-se aí principalmente. As suas análises sobre os ciclos históricos marcaram o debate e o pensamento político europeu no século XVIII.

*“Embora a noção de que a modernidade se desenvolve em forma linear tenha sido muito divulgada, ela foi contestada por um certo número de concepções que sustentam modelos alternativos. Pensadores da tradição italiana (Vico entre eles) rejeitaram a noção de evolução progressiva em favor de uma visão cíclica de história que seguia o exemplo de Políbio e Maquiavel” (Levine, 1997:279).*

Giambattista Vico deu substancialidade a uma concepção de história pautada no “registro da ascensão e queda de estados e civilizações, um processo que obedece a um inevitável curso cíclico de crescimento e declínio” (Levine, 1997:279). Ele compreendia que o curso histórico vinha se desenvolvendo numa forma de espiral que seguia um sentido não-linear que ia do barbarismo ao novo barbarismo passando pela ordem e pela civilização. O eterno retornar às condições de barbárie revelava, segundo ele, a inexistência de uma diretividade progressiva.

<sup>4</sup> R. Boudon e F. Bourricaud afirmam que, no mundo moderno, Malthus, David Ricardo e Gabriel Tarde são criadores de modelos de análises cíclicas (Boudon & Bourricaud, 1993:62-3).

Observe-se que este processo circular - que ia do barbarismo à civilização e marchava para novos barbarismos - abrangia os diversos âmbitos da vida social. Ou seja, a política, a justiça, a cultura, a economia, a linguagem, etc.. Sztompka afirma que Vico “desenhava um quadro sombrio das massas urbanas que se tornariam feras egoístas divididas em facções. ‘As cidades tendem a se transformar em selvas e as selvas em cavernas e covis de homens’” (Vico in Sztompka, 1998:253).

A versão atual desta tese de Vico sobre a tendência das cidades tornarem-se centros de barbáries foi elaborada por Christopher Lasch (1932-1994) nos artigos *O mal-estar democrático* e *A rebelião das elites*. Tendo como objeto de reflexão a sociedade norte-americana, ele considerava nítidos os prenúncios de que a civilização moderna caminhava para a barbárie, o que era visível através do “declínio das indústrias, com a conseqüente diminuição de empregos; o encolhimento da classe média; o número cada vez maior de pessoas pobres; a ascensão do índice de criminalidade; o florescente tráfico de drogas; a decadência das cidades. (...) Os bairros foram destruídos não só pelo mercado – pelo crime e pelas drogas ou, menos drasticamente pelos *shoppings* – mas também pela engenharia social esclarecida<sup>5</sup>. (...) Ninguém tem uma solução plausível para esses problemas incuráveis, e quase tudo que passa por discussão política nem mesmo se refere a eles” (Lasch, 1995:11; 118).

### **Pareto e o caráter ondulatório dos fenômenos sociais**

O caráter cíclico das mudanças sociais poderiam ser abordadas de inúmeras maneiras através da obra de W. Pareto. No entanto, acredita-se que no âmbito deste artigo que pretende ter um caráter essencialmente didático, o caminho deve ser traçado sobre a sua tese acerca das mudanças cíclicas que têm sido realizadas através da organização das elites ao longo da história.

A tese básica de Pareto é que as mudanças sociais são sempre realizadas por elites que conseguem se impor aos demais grupos sociais. Ele afirmava que “a história das sociedades humanas é, em grande parte, a história da sucessão das aristocracias” (Pareto, 1988:47).

<sup>5</sup> A qual seria promovedora das políticas sociais recentes.

O caráter cíclico destas modificações é dado pelo fato de que o funcionamento de toda e qualquer sociedade depende da existência de várias elites e estas estabelecem continuamente um processo de luta entre elas de modo a se revezarem de maneira contínua e circular nas posições de domínio e poder.

Assim, Pareto

*“identifica a circulação das elites (...) como uma das inelutáveis leis primárias que regem a vida das sociedades. Não porque mudem as necessidades e os valores da sociedade (...), mas por causa do caráter unilateral de cada orientação, que mais cedo ou mais tarde se esgota e provoca sua substituição pela outra. Os ciclos que caracterizam esse movimento rotativo constituem o principal desdobramento das forças internas que mantêm o equilíbrio dinâmico de sistemas sociais” (Levine, 1997:215).*

A sua concepção de mudança social tem como norte a sua noção de sistema social. A definição deste último pressupõe que as coletividades possuem propriedades distintas e superiores aos indivíduos isolados e às suas pretensões. O embate entre os interesses constituintes das elites revelam, para ele, ciclos sociais que vão tomando formas diversas e redefinindo as diversas organizações sociais como um todo (Pareto, 1976). E qual é então a sua compreensão de sociedade?

*“A sociedade nos aparece como uma massa heterogênea, hierarquicamente organizada. Essa hierarquia sempre existe, com exceção naturalmente, das populações selvagens (...). Resulta desse fato que a sociedade é sempre governada por um pequeno número de homens, por uma elite, mesmo quando ela parece ter uma constituição absolutamente democrática; é o que se reconheceu desde os tempos mais remotos” (Pareto, 1988:47).*

O caráter cíclico das mudanças em Pareto é dado pelo fato de que, segundo ele, o que deve caracterizar uma sociedade propriamente dita é o fato de ela constituir-se a partir de uma dada organização política, econômica e ideológica. Isso envolve a existência de segmentos sociais distintos que comandam cada esfera deste amplo sistema social numa luta intermitentemente marcada por equilíbrios e desequilíbrios, estabilizações e desestabilizações. Não há, assim, em qualquer momento da história, um processo de superação completa de tais condições.

A natureza das elites governantes e não-governantes é que caracteriza as sociedades e a maneira daquelas primeiras operarem as mudanças sociais (Aron, 1987:426). A sua idéia de natureza das elites tinha a ver com a noção de natureza residual, a qual era diferente de natureza psicológica. “Segundo Pareto, o sistema social consiste em três tipos de componentes abstratos inter-relacionados (variáveis): resíduos, isto é, tendência ou propensões humanas iminentes; interesses, isto é, condições objetivas a serviço das necessidades humanas; derivações, isto é, justificações e racionalizações que as pessoas imaginam para legitimar seus resíduos e interesses” (Sztompka, 1998:260).

Os resíduos são características dos indivíduos e dos grupos sociais definidas socialmente. São considerados resíduos a (in)disponibilidade, o arrojado e a lentidão na consecução de mudanças sociais, por exemplo. As ações sociais são norteadas por eles em todos os campos, ou seja, econômico, político, religioso, ideológico e cultural. É por isso que para Pareto os resíduos eram de dois tipos basicamente. Os primeiros eram os de combinação, “tais como: espírito de inovação, espírito empresarial, disposição para o risco, ativismo, expansividade, ânsia de novidade e originalidade. Os segundos eram os resíduos opostos, de persistência que compreendiam: prudência, cautela, tradicionalismo, valorização da segurança, opção pela estabilidade e continuidade, ênfase na lealdade, no legalismo e no patriotismo” (Sztompka, 1998: 260).

Alguns cientistas sociais entendem os resíduos como um corpo de crenças que tanto podem ter um caráter inovador quanto um caráter tradicionalista (Levine, 1997:214). O modo de operação das mudanças sociais geridas pelas elites (governantes e/ou não-governantes) expressa tais crenças que vão, a rigor, definir a própria natureza das modificações sociais que estão a ocorrer continuamente em todas as sociedades.

O caráter cíclico das mudanças é dado pelo fato de prevalecerem nos diversos domínios da vida social (político, econômico e cultural) as ações voltadas ora para a inovação ora para a conservação. Tais ações podem possuir também conteúdos progressistas e tradicionalistas a um só tempo, daí a inexistência de rupturas completas e absolutas, já que as elites não-governantes que chegam ao poder passam a lutar para conservar o poder e voltam, assim, as suas ações para a manutenção de suas crenças. Operam, neste caso, os conteúdos ideológicos que objetivam justificar as atuações, os interesses e os resíduos.

Observe-se que a teoria cíclica da mudança social em Pareto caía do lado oposto da teoria linear diretiva ao não vislumbrar jamais qualquer alteração substancial no processo histórico. Em sua visão não existem transformações das condições vigentes, há sim um eterno movimento circular e ondulatório que se reproduz continuamente. Enquanto as perspectivas evolucionista e neo-evolucionista buscavam destacar os fatores indicadores de que há progressos, evoluções e modificações no curso das diversas sociedades, a perspectiva dos ciclos defendida pelo cientista social italiano procurava demonstrar que, em realidade, nunca houve mudanças. Suas reflexões contribuíram com a formulação de uma teoria da não-mudança, uma vez que o sentido cíclico que ele construiu objetivava atestar que não há sociedades sem elites e também que estas têm operado ao longo da história visando tão somente a conservação.

Enquanto as teorias evolucionárias clássicas e novas procuraram encontrar traços de contínua mudança em todos os processos sociais, a teoria dos ciclos de Pareto ao dar destaque aos interesses distintos das elites e aos fatores de disputa entre o desejo de inovar e o de conservar não detectava espaços para qualquer mudança possível. A petrificação da sociedade nessas condições de inalteração tem sido inteiramente refutada pelas duas mais importantes teorias da mudança social nos dias atuais: a desenvolvida pela sociologia histórica (Barrington Moore, Norbert Elias, Philip Abrams, Charles Tilly) e a concebida pela teoria da agência (Walter Buckley, Amitai Etzioni, Anthony Giddens, Tom Burns, Margaret Archer).

Se as teses de Pareto não forneceram elementos para as teorias da mudança que se desenvolveram na atualidade, o mesmo não pode ser dito do neo-evolucionismo, o qual mesmo com todas as suas debilidades teóricas e metodológicas, trouxeram contribuições à teoria da mudança social denominada teoria da agência, ou seja, aquela fundada na concepção de que a história é produto da ação de agentes sociais.

Sztompka afirma que os novos evolucionistas (T. Burns, T. Dietz, R. Collins, J. Lopreato, dentre outros), ao problematizarem a seleção sociocultural a partir da importância da agência humana autoconsciente e intencional, ajudaram a fortalecer, a partir da década de 1960, as várias perspectivas sociológicas que buscam “encontrar os (...) agentes da mudança social nos diversos tipos de coletividades” (Sztompka, 1998:332).

### **Pitirim Sorokin e a reelaboração da teoria cíclica da mudança social**

Crítico do estrutural-funcionalismo (principalmente das teorias de Parsons), da sociologia de Chicago e do darwinismo social (Johnston, 1995:52, 150-4), Sorokin construiu uma ampla crítica às teorias da mudança que se desenvolveram durante o século XX. Para ele, havia, nos estudos sociológicos de sua época, um persistente descaso com a fisiologia dos sistemas sociais. O que significava ocupar-se desta última? Seria proceder a uma investigação da “totalidade dos processos repetitivos básicos que se desenrolam no ciclo vital dos grupos organizados” (Sorokin, 1969:549).

Ao cientista social cabia, então, distinguir quais eram os fundamentos cíclicos dos processos histórico-culturais. O âmbito cultural é que lançava luzes para a compreensão dos conteúdos, dos ritmos e dos andamentos das mudanças sociais. Entender os “processos socioculturais e as relações dinâmicas que ou são constantes, aparecendo sempre e em toda a parte onde se manifestam certos fenômenos socioculturais, ou se repetem no espaço, no tempo ou em ambos, sob a forma de ritmos, flutuações, oscilações e ‘ciclos’ mais ou menos uniformes, com as respectivas periodicidades” (Sorokin, 1969: 554) era o objetivo de seus estudos.

Debruçar-se sobre os processos recorrentes nos diversos momentos da histórica era, segundo ele, a melhor maneira de estudar a dinâmica social. Ao invés de descartar as recorrências como não-reveladoras da vida social, os sociólogos deveriam centrar-se nelas à medida que estas eram capazes de revelar os fundamentos da mudança sociocultural. Em vez de estudar os processos recorrentes, “os sociólogos de meados do século (XX) preferiram concentrar-se nas teorias estrutural-funcionais de como os sistemas sociais mantêm ou perdem seus equilíbrios e limites não definidos; nas nomenclaturas de processos psicológicos (...):

nos processos dialéticos de estruturação, desestruturação e reestruturação; em delineamentos de vários processos formais; ou na maneira pela qual as formas sociais e estruturais surgem e são destruídas” (Sorokin, 1969:550).

O norte da teoria cíclica proposta por Sorokin é dado por uma abordagem que ele intitulou, na década de 1960, de sistema integral de sociologia estrutural e dinâmica que visa a construção de uma análise que dê conta, ao mesmo tempo, das motivações individuais, dos padrões culturais e dos sistemas sociais (Levine, 1997:34).

Os ciclos histórico-culturais revelam que, desde o mundo antigo, houvera períodos de crescimento fecundo das motivações individuais voltadas ora para a integração ora para a desintegração. Isso se deu de modo intermitente e não-contínuo, o que pode ser verificado através das alternâncias entre momentos de estagnação e de crescimento, de avanço e de regressão, de solidariedade e de conflito, de associação e de dissociação, de ajustamentos e de desajustamentos nos vários âmbitos da vida social, ou seja, na política, na cultura, na economia, na arte, no conhecimento, etc..

Es como seria possível ao sociólogo realizar uma análise da mudança social dentro deste sistema integral de sociologia estrutural e dinâmica? Em primeiro lugar, para Sorokin “a sociologia requer uma pluralidade de abordagens em virtude da complexidade dos fenômenos sociais” (Levine, 1997:37). Em segundo, como a análise integral tem seu foco na cultura, o sociólogo deve priorizar as abordagens que dêem conta do “somatório de tudo que é criado ou modificado pela atividade consciente ou inconsciente de dois ou mais indivíduos que interagem entre si ou que mutuamente condicionam seu comportamento” (Sorokin, 1937:3).

A construção de uma sólida teoria capaz de dar conta dos significados socioculturais norteou as análises de Sorokin acerca do caráter cíclico da mudança social. Ele buscava não somente tipificar as formas opostas de cultura (a ideacional<sup>6</sup> e a sensível<sup>7</sup>, por exemplo) e/ou descrevê-las, mas também elaborar um amplo arcabouço teórico que desse conta das motivações individuais, dos padrões culturais e dos sistemas sociais a um só tempo. Isso visava lançar luzes sobre o fluxo cíclico do processo histórico.

<sup>6</sup> Aquela que pauta o entendimento da natureza da realidade social através do espiritual, do sobrenatural. A Grécia do século VII ao VI a. e e a Europa dos séculos VI ao XII seriam exemplos de ciclos culturais ideacionais.

<sup>7</sup> Aquela que pauta o entendimento da natureza da realidade através de elementos acessíveis ao sentido. A explicação do mundo é material e não espiritual. Roma entre os séculos IV a . e e IV d. e e a Europa a partir do século XIV seriam exemplos de ciclos culturais sensíveis.

Uma abordagem teórica nestes termos tornaria possível ao cientista compreender “que os ciclos não significam repetição completa, mas representações e materializações sempre novas dos mesmos princípios subjacentes” (Sztompka, 1998: 265). Ou melhor, Sorokin não tomava a vida social como algo mecânico, enrijecido e meramente reprodutor das mesmas condições políticas e culturais do passado. O devir não era mera repetição do passado, apesar de haver naquele primeiro a possibilidade de reelaboração de elementos presentes neste último.

No final de sua vida, ao ressaltar a viabilidade de construção, no futuro, de uma humanidade integral fundada em sentimentos e crenças altruístas ele apontava no sentido não só da repetição, mas também da reelaboração da vida social. Ao supor este caminho construtor do altruísmo e ao advogar que as modificações sociais assentavam-se em ciclos históricos que se repetiam, ele estava supondo que formas de organizações sociais ora egoístas ora altruístas tinham sido recorrentes na história da humanidade.

#### **A crítica de Sorokin ao evolucionismo**

Sorokin afirmava que a reelaboração da teoria sociológica da mudança social tinha sido um dos objetivos dos cientistas sociais do século XX. Ao invés de florescerem somente as perspectivas centradas nas teses da evolução e do progresso, surgiram estudos centrados nos ciclos históricos que enfatizaram as recorrências e as repetições dos processos socioculturais. Os seus próprios trabalhos se situavam nesta vertente questionadora das concepções evolucionistas de modo geral.

A irreversibilidade das tendências históricas era dada como inquestionável em vários pensadores do século XVIII e XIX, entre os quais podem ser citados Herder, Hegel, Kant, Turgot, Saint-Simon, Comte, Spencer, Morgan, Durkheim, Marx e Engels. Segundo Sorokin, as perspectivas que deram supremacia, no século XX, aos estudos dos processos cíclicos se debatiam em águas revoltas, pois havia quase que um consenso nas Ciências Sociais sobre o caráter linear-diretivo da história.

Pressupor que a vida social possui um movimento cíclico e que as tendências socioculturais não são eternas implicava um rompimento com a lei da evolução e com todas as demais suposições acerca do progresso e dos avanços linearmente contínuos que a humanidade teria feito ao longo de sua existência.

E por que era fundamental para o desenvolvimento da sociologia que fosse superada esta tendência evolucionista? Porque “sobre bases lógicas, históricas ou empíricas, os partidários das teorias evolucionárias e progressivas não conseguiram provar realmente a existência de tendências lineares eternas em suas formas unilinear, linear oscilante, linear ramificada ou linear helicoidal” (Sorokin, 1969:554).

A teoria da mudança social cíclica de Sorokin introduzia uma outra noção de temporalidade, ou seja, diversa da do evolucionismo, à medida que rompia com a pressuposição de que havia sempre uma diretividade histórico-social definida. Isso não significava que para ele não existia jamais processos lineares. Em algumas condições culturais estes últimos eram detectáveis como tendência não-definitiva. Ele afirmava: “A maioria dos processos socioculturais se têm revelado multiformes e multidirecionais; em algumas conexões são temporariamente lineares, em outras rítmicos ou cíclicos, em outras ainda curvilíneos, e de quando em quando caprichosos e imprevisíveis” (Sorokin, 1969:555).

Por que Sorokin não concordava com aqueles (Martindale, 1981, por exemplo) cientistas sociais que o tipificavam simploriamente como teórico das mudanças cíclicas? Ele argumentava que seus estudos tinham-se voltado não para a simples constatação de que a dinâmica social seguia sempre um sentido circular, uma vez que isso enrijeceria as análises de modo semelhante ao que vinham fazendo as perspectivas deterministas que buscavam tanto a unilinearidade e/ou a multilinearidade (evolucionismo e neo-evolucionismo) quanto a não-linearidade diretiva (marxismo)<sup>8</sup> dos processos sociais.

Ele esclarecia, então, que partir do pressuposto de que “o padrão mais geral da mudança sociocultural é o de processos repetitivos a variar incessantemente” (Sorokin, 1969:576) não significava simplesmente tomar-se do lado oposto da tendência linear diretiva. Durante anos seu objetivo teria sido justamente outro, uma vez que sua teoria estava fundada no pressuposto de que “processos socioculturais repetitivos idênticos e perpetuamente lineares são impossíveis.

<sup>8</sup> “O oposto dos processos lineares são os que avançam por meio de saltos qualitativos ou rupturas depois de períodos prolongados de crescimento quantitativo, transpondo limiares específicos (...) São os processos não-lineares. Por exemplo, a seqüência das chamadas formações socioeconômicas que, na visão dos marxistas, avança por meio de épocas revolucionárias – transformações (...) fundamentais, radicais de toda a sociedade após longos períodos de acumulação de contradições, conflitos e tensões”. Neste caso não há linearidade, mas há diretividade. (Sztompka, 1998:41).

Mas uma tendência linear (de durações variáveis), limitada no tempo. é de esperar que seja encontrada, e realmente o é, em quase todos os processos socioculturais. E assim, a história sempre se repete e jamais se repete. Significa isso que a concepção estritamente cíclica (identicamente repetitiva) dos processos socioculturais; a linear ilimitada; a unicista, no sentido da não-existência de quaisquer ritmos repetitivos nos processos 'totalmente novos' em qualquer momento dado; e a concepção estática, que nega a existência da mudança – todas essas concepções da mudança sociocultural são ilusórias” (Sorokin, 1969:577).

Enfim, há algum ponto de contato entre a teoria cíclica de Sorokin e a de Pareto? As duas perspectivas têm em comum a suposição de que as mudanças são realizadas por uma elite (no caso do segundo) ou por um estrato especial de indivíduos (no caso do primeiro). Sorokin considerava que em todas as épocas havia grupos específicos de indivíduos inovadores e de conservadores que levaram a cabo a maioria, não todas, das mudanças socioculturais, as quais devem ser entendidas como um conjunto de relações que têm em sua dinamicidade tanto os processos de repetições como os de inovações (Sorokin, 1969:577).

### **Considerações finais**

As incursões pelas teorias clássicas e contemporâneas da mudança revelam embates, convergências e divergências que, a rigor, impulsionaram as principais tematizações acerca da dinamicidade social. Este artigo buscou sublinhar, então, a importância das problematizações a respeito do devir que foram elaboradas dentro de perspectivas sociológicas distintas. As indagações realizadas pelas teorias evolucionistas, neo-evolucionistas e cíclicas produziram férteis debates nas Ciências Sociais.

Foi dado destaque aos escritos de Sorokin em razão da riqueza de suas análises e da feição específica que ele imprimiu à sociologia contemporânea ao elaborar uma das mais contundentes críticas à concepção evolucionista que se assenta na pressuposição de que as mudanças sociais tendem sempre para a diferenciação e para a inovação. Defensor dos ciclos históricos, ele operava com a noção de repetição.

Ou seja, à medida que, em determinados momentos, se esgotam as potencialidades das sociedades de introduzir formas e conteúdos novos ocorre um “retorno temporário ao início do processo. (...) A mudança social não segue uma reta, mas um círculo” (Sztompka, 1998:249).

E em quais elementos os defensores dos ciclos históricos se baseiam para construir os pressupostos norteadores de suas teorizações? O ponto de partida são as repetições, oscilações e retornos que ocorrem quotidianamente nas experiências vividas de todos os indivíduos, grupos e instituições. Em seguida eles buscam reafirmar o andamento cíclico da vida social em razão de repetições que ocorrem tanto no mundo físico (ciclos astronômicos, por exemplo) e biológico (ciclos fundados no nascimento, crescimento e morte) quanto no mundo social (ciclos políticos que levam a alternância de regimes, de governos, de formas de Estado, etc.).

Na teoria da mudança cíclica, portanto não-direcional, a repetição alinhava os diversos tempos sociais, e o faz de modo que o devir não aparece como fruto da inovação e muito menos da ruptura, mas sim do contínuo retorno de condições sociais, políticas e econômicas precedentes. Ou seja, já desenvolvidas em algum momento do passado. Contudo, os pensadores filiados a esta perspectiva não pressupõem que as recorrências sejam sempre idênticas e numa seqüência exatamente igual aos estados passados. A noção de ritmo social passa a ser, então, a âncora principal de suas reflexões.

A introdução da idéia de ritmização objetiva enfatizar que o processo sócio-histórico não é uma seqüência lógica e candente; também não vê razão para generalizações acerca da longevidade ou não dos vários ciclos históricos, os quais devem ser vistos de forma multifacetária, já que são inúmeros os feixes de fenômenos sociais que vão produzindo, tanto no cotidiano quanto fora dele, a natureza dos ciclos no que diz respeito aos seus desencadeamentos rítmicos ou não.

A teoria cíclica não visa extrair dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos, um ritmo geral para todas as mudanças sociais. Aliás, não há ritmos homogêneos e constantes para quaisquer processos históricos. Em seu entendimento não é porque uma determinada ação política produziu em uma dada sociedade e em um momento específico um resultado x ou y que este se repetirá todas as vezes que tais ações políticas forem desencadeadas. As inúmeras variáveis postas em andamento em condições sociais diversas, em períodos distintos e em sociedades diferenciadas já seriam elementos suficientes para levar a padrões rítmicos singulares.

Portanto, as investigações acerca do progresso, da evolução, da unilinearidade, da multilinearidade, da diretividade, da não-diretividade, das repetições, dos ciclos idênticos e não-idênticos, etc., têm o mérito de impulsionar as ciências sociais a teorizações que possibilitam, ao mesmo tempo, visões mais precisas e mais amplas da dinâmica social. Norbert Elias (1897-1990) afirma: “(...) uma simples analogia pode ajudar à clarificação da função das teorias. Em certos aspectos, as teorias assemelham-se a mapas. Se estamos num ponto A, em que se cruzam três caminhos, não podemos ‘ver’ diretamente a onde estes nos levam. Não podemos ‘ver’ se aquela estrada ou aquele caminho conduzem a uma ponte sobre o rio que pretendemos atravessar. Portanto, usamos um mapa. Por outras palavras, uma teoria dá ao homem que se encontra no sopé da montanha, a visão que um pássaro tem dos caminhos e relações que esse homem não consegue ver por si próprio. A descoberta de relações previamente desconhecidas constitui uma tarefa central da investigação científica. Tal como os mapas, os modelos teóricos mostram as conexões entre acontecimentos que já conhecemos. Como os mapas de regiões desconhecidas, mostram espaços em branco onde ainda não se conhecem as relações. Como os mapas, a sua falsidade pode ser demonstrada por uma investigação ulterior, podendo ser corrigidos. Talvez se deva acrescentar que, contrastando com os mapas, os modelos sociológicos devem ser visualizados no tempo e no espaço, como modelos em quatro dimensões” (Elias, 1999: 175).

#### **Referências bibliográficas**

ANDERSON, W. e PARKER, F. *Uma introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ARON, R. Wilfredo Pareto. In ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/UnB, 1987. p. 377-459.

BOTTOMORE, T. B. *A sociologia como crítica social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BOTTOMORE, J. B. *Introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BOUDON, R & BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

COLLINS, R. *Theoretical sociology*. San Diego: Hartcourt Brace Jovanovich, 1988.

COMTE, A. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista, 1899.

COMTE, A. *Cours de philosophie positive*. Paris: Schleicher Frères, 1934.

DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1984.

ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1999.

FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GERMANI, G. *Política e sociedade numa época de transição*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

HARRIS, M. *The rise of anthropological theory*. New York: Columbia University Press, 1968.

JOHNSTON, B. *Pitirim a Sorokin: an intellectual biography*. Lawrence (K.S): University Press of Kansas, 1995.

LANGTON, J. Darwinism and the behavioral theory of sociocultural evolution: an analysis. *American Journal of Sociology*, New York, v. 85, n.2, p. 288-309, 1979.

LASCH, C. *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LENSKI, G. e LENSKI, J. *Human society: an introduction to macrosociology*. New York: McGraw Hill, 1974.

MARTINDALE, D. *The nature and types of sociological theory*. Boston: Houghton Mifflin, 1960.

- MANNHEIM, K. *Sociologia sistemática*. São Paulo: Pioneira, 1962.
- MCIVER, R. M. e PAGE, C. *Sociologia*. Madrid: Technos Editorial, 1963.
- MORGAN, L. *A sociedade primitiva*. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1980. 2 v.
- PARETO, W. *Manual de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os Economistas)
- PARETO, W. *Traité de sociologie générale*. In PARETO, W. *Oeuvres complètes*. Gêneze: Droz, 1976
- PARSONS, T. *The system of modern societies*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1971.
- PARSONS, T. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- PARSONS, T. A formação de um sistema social. *Humanidades*, Brasília, UnB, v.2, n. 6, p. 28-62, jan.mar. 1984.
- RUESCHEMEYER, D. *Power and the division of labour*. Stanford: Stanford University Press, 1986.
- SKIDMORE, W. *Pensamento teórico em sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SOROKIN, P. *Novas teorias sociológicas*. São Paulo: Globo, 1969.
- SOROKIN, P. *Social and cultural dynamics*. New York: American Book Company, 1937.
- SPENCER, H. *On social evolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- SPENCER, H. *The study of sociology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1961.
- SPENCER, H. *Faits et commentaires*. Paris: Hachette, 1904. p. 177-211.

SPENCER, H. *Reasons for dissenting from the philosophy of M. Comte and other essays*. Califórnia: Glenssary Press, 1968. p. 2-25.

STEWART, J. *Theory of culture change*. Urbana: University of Illinois, 1979.

SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TIMASHEFF, N. *Teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

TARDE, G. *Les lois sociales*. Paris: F. Alcan, 1898.

TONNIES, F. *Community and association*. New York: Harper Torchbooks, 1963.

TONNIES, F. Comunidade e sociedade: textos selecionados. In MIRANDA, O. (Org.). *Para ler F. Tonnies*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 229-352.

TURNER, J. H. Teorização analítica. In GIDDENS, A e TURNER, J. (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 229-280.

WARD, L. *Dynamic sociology*. New York: D. Appleton and Company, 1883

WHITE, L. *The science of culture*. New York: Grove, 1949.

WHITE, L. *The evolution of culture*. New York, McGraw Hill, 1959.

(Recebido em março de 2002 e aceito para  
publicação em junho de 2002)